

**História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”**

JUNIELE RABÊLO DE ALMEIDA \*

MARTA GOUVEIA DE OLIVEIRA ROVAI \*

Esta reflexão foi iniciada durante o *Curso de Introdução à História Pública* ministrado na Universidade de São Paulo, durante o mês de fevereiro de 2011, e consolidada com o lançamento do livro *Introdução à História Pública* (ALMEIDA; ROVAI, 2011 – Ed. Letra e Voz). Buscava-se pensar a história pública como possibilidade de difundir o conhecimento histórico – de maneira responsável e integrada – para amplas audiências; por meio de arquivos, centros de memória, museus, televisões, rádios, editoras, jornais, revistas, organizações governamentais e não governamentais, consultoria, entre outros espaços.

O conceito de história pública não é novo, mas a reflexão sobre sua especificidade na academia vem se expandindo nos últimos anos<sup>3</sup>. O conceito e o debate sobre sua importância tiveram origem na Inglaterra, nos anos 1970, e ganhou espaço no Canadá, Austrália, Itália, África do Sul e Estados Unidos. Na Europa, emergiu como prática do uso público da história com fins político-ideológicos, influenciados pela ideia da justiça social. Os historiadores ingleses cultivaram a prática de uma história voltada para a inter-relação entre memória e narrativa, valorizando a construção de identidades coletivas. Nesse sentido, a história ganhou o seu *locus* “público” para além da divulgação de um conhecimento organizado e sistematizado pela ciência, por meio da organização e mediação de conhecimentos locais.

---

\* Universidade Federal Fluminense (UFF) - Professora adjunta de História do Brasil República. Pós-Doutora em História. Integrante do "Núcleo de Pesquisas em História Cultural" (NUPEHC) e do "Laboratório de História Oral e Imagem" (LABHOI) da UFF.

\* Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Pós-Doutoranda em História. Coordena pesquisa em história oral e patrimônio imaterial, na UESPI e na UFPI: projeto museu popular (Ilha das Canárias e Delta do Rio Parnaíba). Coordenou o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP), entre 2010 e 2011, do qual é pesquisadora.

<sup>3</sup> Cf. : Almeida; Rovai (2011), Fontes; Chalhoub (2009), Frisch (1990), Hamilton (1996), Hayden (1997), Howe (1986), Liddington (2005), Ribeiro; Rovai; Boni (2012).

A emergência da história pública não implicou na eliminação da ciência histórica, mas procurou estimular reflexões sobre a atuação do profissional capaz de motivar a consciência histórica para um público amplo, não exclusivamente acadêmico. A revista *History Workshop Journal*, de 1976, foi organizada após uma série de oficinas realizadas desde 1967 em Oxford, por Raphael Samuel, que acreditava que a história deveria extrapolar os espaços acadêmicos, como conhecimento público. Predominava a concepção de que seria possível democratizar e refletir sobre os usos políticos do passado no presente, por meio de uma “história vista de baixo”, incluindo trabalhadores, família, estudantes e, mais tarde, o movimento feminista.

Nos Estados Unidos a preocupação de historiadores como Wesley Johnson, nos anos 1980, passou a ser a divulgação da ciência fora da academia, ampliando as visões sobre o seu entendimento, sua metodologia e os seus fins. A história pública nasceu como área autônoma em 1979, com a criação do *National Council for Public History*, e teve, em 1981, seu primeiro curso, com Paul Mattingly e Daniel Walkowitz, em Nova York. A fundação do *Australian Center for Public History*, em Sidney, por Paula Hamilton e Paul Ashton, em 1998, alargou ainda mais os debates sobre a sua importância.

Diferenciando-se da mentalidade inglesa, a reflexão nos Estados Unidos passou a ser sobre o uso público da história e não exatamente sobre a história pública ligada a políticas públicas. O caráter militante não foi de todo abandonado, mas novas preocupações apareceram, de acordo com as demandas sociais e tecnológicas: pensar o conhecimento acadêmico na arena pública; lidar com um público diverso e com as mídias; refletir sobre os sujeitos fora do ambiente acadêmico, com suas vontades e discursos múltiplos. A pergunta era: afinal, o que é fazer história pública?

Outra questão fundamental passou a ser não apenas o contato com a comunidade ou a preservação de fontes, mas a construção de um ambiente virtual, por meio da televisão, do cinema, dos museus, da gestão e conservação de arquivos e centros de memória, da fotografia e da internet. *La storia siamo noi*, programa produzido pela RAI, ou o *History Channel*, na Inglaterra, são alguns exemplos de como os meios de comunicação podem popularizar a história.

Deve-se salientar que fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um

novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente.

Experiências diversas dão mostra de como o debate sobre história pública continua a render frutos e pode ser ampliado e enriquecido, dentro e fora da academia. Talvez a principal diferença entre o que história pública propõe e o que a academia produza seja a ampliação do espaço e do seu público, e os fins dados aos usos do conhecimento.

O trabalho fora da Universidade pode se expandir, se popularizar, por meios dos arquivos, de museus, da fotografia, do cinema, da história oral, sem, no entanto, perder a seriedade e o seu compromisso com a produção de saberes. A pergunta que deve ser feita na realização dessas práticas é como a academia pode, em seu interior e a partir de seus pressupostos, colaborar para gerar uma história mais humana e democrática fora dela. Ou ainda se lidar com a história pública fora da universidade é, necessariamente, uma exclusividade de historiadores. As reflexões teóricas e as experiências em torno desse tema devem sempre ser alimentadas e orientadas por algumas questões importantes: qual é o campo da história pública e quais são os seus atores? A quem cabe a preservação e o controle sobre as informações históricas? A expressão história pública ultrapassa a ideia de acesso e publicização de concepções em vigor na academia sob a designação “educação histórica”? A história pública abrange políticas de conservação, restauração, exposição e visitação dos “lugares da memória”? Quais os diálogos possíveis entre história pública e divulgação científica da história (por meio de documentários, filmes de caráter histórico, livros romanceados com pano de fundo histórico, histórias em quadrinhos ambientadas historicamente...)?

Para que esses processos aconteçam, é necessário o estabelecimento de pontes entre o saber acadêmico construído e o trabalho não-científico, promovendo a divulgação histórica e o desenvolvimento de uma “história didática” que estimule a formação de uma “consciência histórica”<sup>4</sup> ou uma história mais participativa e colaborativa com a comunidade fora do espaço universitário. Considera-se, assim, a necessidade da não supressão da ciência em favor

---

<sup>4</sup> A relação “consciência histórica” e “história pública” foi explorada e desenvolvida por Sara Albieri (2011), no livro *Introdução à História Pública*, organizado pelas autoras.

da história pública, porém, o desejo de pensar uma ponte de comunicação com a recepção social do trabalho acadêmico.

A história pública é um conceito escorregadio por abrigar múltiplas tendências profissionais e acadêmicas, e por isso exige responsabilidade e compromisso acadêmico e social. A prática da história pública como “apresentação popular do passado para uma gama de audiências” se relaciona com a forma como adquirimos nosso senso do passado, colaborando para nosso posicionamento sobre o presente e o futuro frente a questões que dizem respeito a problemas sociais, tradições culturais, hábitos, demandas de gênero e de classe, e a demanda por políticas públicas. Por isso, lidar com essa condição é desenvolver a “consciência de comunicar-se apropriadamente como o público” para além da história como entretenimento<sup>5</sup>.

A história pública apresenta-se como campo diverso e sofisticado, podendo se manifestar por meio da história comemorativa, da história educacional e da história engajada, capaz de orientar museólogos, arquivistas, curadores, cineastas, documentaristas, criadores de *web sites*, e uma variedade de outros profissionais. Na América do Norte, esse tipo de trabalho se consolidou nas últimas quatro décadas e possibilitou o reconhecimento dos historiadores especializados em história pública (em especial, pelo Conselho Nacional de História Pública). Entretanto, os programas ainda são muito limitados, preparando apenas para museologia, gerenciamento de sites de patrimônio, preservação histórica ou cultura material.

Para que se possa cada vez mais ampliar a atuação da história pública, Gerald Zahavi (2011) sugere uma série de práticas fundamentais dentro e fora da academia: gerenciamento de coleções históricas; práticas curatoriais; estudos arquivísticos; preservação histórica (documentos e mídia); estudos de cultura material; estudos museológicos; história pública e ficção; história pública e arte dramática (reencenações e teatro não-ficcional); história pública e cinema; estudos de locais comemorativos e herança; história aural (trabalho documental de áudio); história oral; história digital/museus virtuais; história dos negócios e das corporações; história das políticas públicas; estudos de documentários; estudos de sabedorias e vidas

---

<sup>5</sup> Jill Liddington (2011) buscou explorar o significado da história pública e seus usos a partir de questões éticas e epistemológicas e sua relação com memórias, narrativas e identidades, muito além da mera curiosidade e entretenimento.

populares; edição histórica. O campo é amplo e ainda demanda muitos estudos e comprometimento de pessoas envolvidas com a comunidade acadêmica interessada em dialogar com a sociedade civil e entender suas necessidades e riquezas de experiências histórico-culturais.

O trabalho com história pública também implica no aprofundamento de estudos relativos à conservação do patrimônio material e imaterial e na responsabilidade político-social com a memória social e coletiva<sup>6</sup>. Nesse sentido, a narrativa fílmica, a videohistória<sup>7</sup>, a prática de história oral<sup>8</sup> e as inúmeras articulações visuais, verbais, sonoras e textuais podem contribuir para a socialização da produção do conhecimento histórico, não apenas circunscrito à universidade, mas elaborado, contado e muitas vezes despercebido, ou desvalorizado – até mesmo silenciado – por setores da sociedade entendidos como à margem do próprio processo histórico.<sup>9</sup>

Em busca da conservação e da ampliação do acesso a esse patrimônio social, ganham importância os arquivos e centros de documentação arquivísticos de fontes orais como o Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, CEDIC/PUC-SP<sup>10</sup>. No acervo, aberto a pesquisadores, encontra-se um acervo de testemunhos relacionados com movimentos sociais, cultura urbana e rural, educação, utilizado por diferentes áreas do conhecimento. A discussão sobre arquivos e história pública referencia as formas de criação e disponibilização de informações facilitadas pelas novas mídias, como a *internet*, e a necessidades de novos centros de memória ligados a instituições e empresas.

---

<sup>6</sup> Cf. REAP, 2011.

<sup>7</sup> Cf. MAUAD, DUMAS, 2011.

<sup>8</sup> Cf. SANTHIAGO, 2011.

<sup>9</sup> Merece destaque, nesse sentido, o trabalho pioneiro do oralista José Carlos Sebe Bom Meihy (1991), aliando história oral, história pública e política pública no Brasil, desenvolvido com a nação *kaiowa*. As narrativas de vida permitiram tornar público o grande problema de suicídio entre jovens indígenas, atingidos drasticamente pelas mudanças culturais trazidas no contato com os “não-índios”, exigindo debate social e posicionamento governamental.

<sup>10</sup> Além do registro oral, com a transcrição integral ou parcial, o Programa de Documentação Oral procura preservar a documentação complementar que o acompanha, como os projetos, cartas de cessão, áudios, os roteiros, cadernos de campos, arquivos pessoais e iconográficos, que facilitam a compreensão sobre o contexto de produção das entrevistas. O CEDIC também estimula a doação de relatos orais ao Centro por parte de pesquisadores, como forma de divulgação e fontes para novos projetos. A possibilidade de ampliar ainda mais o acesso público a esses testemunhos pelos recursos da *internet* é uma preocupação do Programa, que planeja criar comunidades virtuais interativas para promover debates, tomando o cuidado ético com os usos dos relatos e de toda a documentação que o acompanha. Cf. FERNANDES, 2011.

A história pública não deve ser pensada apenas como divulgação, mas também poder entendida como democratização da produção de arte e educação. Experiências com algumas produções radiofônicas sobre memórias e personalidades culturais, mostram como diferentes profissionais podem atuar na divulgação, avaliação e valorização da história e da arte, atingindo as comunidades na busca da valorização cultural cotidiana, da ampliação do conhecimento sobre a produção de músicos e artistas, muitas vezes pessoas ligadas aos ouvintes na vivência diária, ou promovendo o acesso e o debate em torno de produções ou acontecimentos artísticos desconhecidos por certos setores sociais.<sup>11</sup> Os programas de rádio e a história oral podem proporcionar o exercício sensível da escuta e a possibilidade de construção de documentários sonoros e poemas sinfônicos orais, assim como a preservação ou o registro das narrativas orais, importantes para a construção de identidade coletivas e do reconhecimento de “culturas subterrâneas”. A criação de documentários radiofônicos ou fílmicos, utilizando os instrumentos da *mídia digital*, como o *podcasting*, apresenta-se como uma forma ainda mais ampla de se divulgar trabalhos e informação.

Essa responsabilidade relacionada à divulgação da história também tem se desenvolvido por algumas empresas brasileiras, colocando-se como espaço para as memórias de empresários, trabalhadores, consumidores e comunidades. A importância desse trabalho voltado ao público ou comunidade empresarial leva em conta as mudanças nos modos de administração, as novas relações com as comunidades locais, os comportamentos e a transitoriedade das necessidades sociais. O horizonte de inteligência está sendo ampliado, abrindo espaço para novas demandas e novos narradores nas instituições. As narrativas e as novas formas de se escrever a história sobre as empresas e os homens que a compõem, colaboram para humanizar as trajetórias das organizações, o conhecimento e as relações de trabalho.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Como exemplo, pode-se citar a experiência das radialistas Cecília Miglorancia e Marta Fonterrada (2011), apresentada no Curso de Introdução à História Pública, na Universidade de São Paulo, em 2011. Preocupadas com a poética da sonoridade e em demonstrar o valor da mediação entre o acadêmico e o popular promovida por este instrumento público, relataram sobre trabalho feito com o documentário sonoro *A idéia do Norte*, do pianista Glenn Gould, de 1960; os programas *Tema e Variações* (uma conversa entre o maestro Júlio Medaglia e o compositor José Antonio de Almeida Prado sobre a história mais recente da música) e *Satélite*, que apresentou o compositor e produtor musical MitatSubotic, em 1990, ao grande público.

<sup>12</sup> Exemplos dessa nova preocupação com a história pública são os centros de memória em empresas como a Petrobras, Odebrecht, Vale, entre outras, ampliando as redes de relacionamento e criando um novo olhar e um

Os setores de jornalismo e divulgação científica em História nas universidades também podem contribuir para a publicização da produção historiográfica e para que o acesso do público aos debates desenvolvidos seja ampliado, por meio de diferentes veículos (rádios, emissoras de TV, sites, jornais e revistas do País e alguns do exterior) O pesquisador e a comunidade acadêmica pode contar com um profissional de comunicação para a divulgação jornalística de sua pesquisa acadêmica, facilitando o diálogo com outras produções<sup>13</sup>.

A criação de arquivos para a preservação, organização e garantia de acesso aos documentos escritos, iconográficos ou sonoros também deve contribuir para a função social. De preservação, divulgação e acesso ao conhecimento histórico. Os centros de documentação podem atuar como espaços de instrução, referência e fomento à pesquisa, no momento em que recebem, organizam e colocam à disposição, do ponto de vista administrativo, jurídico e cultural o seu acervo, como provas e testemunhos históricos abertos ao público. Desta forma, agrupados pela tipologia e especificidade por estas instituições de custódia, os documentos compõem uma narrativa e dão sentido e visibilidade a organizações, grupos e comunidades. O acesso à documentação facilitado pela administração e armazenamento de diferentes fontes, pode servir a qualquer cidadão, à pesquisa científica e à organização pública. Para isso, tornam-se cada vez mais necessários os cursos de graduação sobre arquivos, que têm formado uma gama de profissionais ainda pouco numerosos, mas fundamentais para a análise e disponibilização das séries documentais em órgãos ligados ao patrimônio, nos arquivos públicos e institucionais, em museus e nas redes de informação.

Sensibilidades literárias, cinematográficas e musicais, a partir da vivência com comunidades apresentam-se como outras experiências com História Pública. As necessidades e os interesses de uma comunidade podem inspirar projetos envolvendo membros da coletividade, leigos e pesquisadores acadêmicos em colaboração.<sup>14</sup> A sensibilidade para

---

novo ambiente de distribuição de produtos, serviços e valores, num mundo de concorrência de memórias, marcas e parceiros. Cf. NASSAR, 2011.

<sup>13</sup> Cf. DIAS, 2011.

<sup>14</sup> A mediação musical e a organização da comunidade emergem no texto *Canção d'Além-Mar: O fado na cidade de Santos*, de Heloísa de Araújo Duarte Valente (2011). A musicóloga descreve um projeto iniciado em 2002 na Vila Matias, na cidade de Santos. Seduzida pela musicalidade do fado e por seu papel na manutenção da identidade portuguesa em um grupo de imigrantes, praticamente analfabeto e marcado pela oralidade, a autora construiu com os portugueses um projeto de valorização da memória afetiva por meio da música popularizada nos bares da cidade santista, além dos ranchos folclóricos e clubes. Valente narra a trajetória de seu

perceber e utilizar os arquivos pessoais, os interesses e as necessidades grupo pode dar origem a uma pesquisa sobre as relações entre a história, o imaginário coletivo e a sua recepção, além da valorização da história e da memória como mecanismo de preservação de uma cultura.

A literatura e o jornalismo também contribuem para a publicização da história, atuando no sentido da educação histórica<sup>15</sup>. O cinema, unindo imagens e sonoridade, emerge como espaço privilegiado para produzir e difundir conhecimentos. Como uma linguagem artística e estética, o cinema possui um enorme potencial para história pública.<sup>16</sup>

As experiências narradas, em sua diversidade de leituras e procedimentos sobre a história pública, incidem sobre a gestão ética da memória coletiva e do patrimônio cultural e material, numa nova tradução do conhecimento histórico, não apenas preocupada em atingir um público maior, mas aprender com ele, com suas mudanças e demandas.

## Referências bibliográficas

ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

---

envolvimento com a comunidade, a partir de seu contato com a vasta discoteca de Manoel Ramos e dona Lídia Miguez, organizadores do programa *Presença Portuguesa*.

<sup>15</sup> Cf. VIDAL, 2011.

<sup>16</sup> É o caso do filme *Xica da Silva*, dirigido por Cacá Diegues, em 1976. Nesta película, que alcançou sucesso comercial e de público, algumas características chamam a atenção, pois desde o século XIX a história da escrava Francisca da Silva é trabalhada por memorialistas e literatos. Em 1963, quando o tema foi representado por uma escola de samba, a apropriação foi sensivelmente popularizada. A apoteose ocorreu quando o filme foi lançado, perpetuado pela interpretação de Zezé Motta, como Xica da Silva, e a música tema de Jorge Ben. Duas décadas depois o mito foi reiterado com a exibição da história em telenovela. Cf. FERREIRA, 2011.



DIAS, Valéria. Jornalismo e divulgação científica em História e Ciências Humanas. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

DUARTE, *Heloísa de Araújo*. Canção d'Além-Mar: O fado na cidade de Santos. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

FERNANDES, Simone Silva. Fontes orais: Perspectivas para o tratamento em centros de documentação e arquivos. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Cinema, educação e história pública: dimensões do filme Xica da Silva. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

FONTES, Paulo; CHALHOUB, S. **História Social do Trabalho, História Pública**. Perseu: História, Memória e Política, v. 4, p. 217-228, 2009.

FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany: State University of New York Press, 1990.

HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HAYDEN, Dolores. *The Power of place: urban land scapes as Public History*. Cambridge: The Mit Press, 1997.

HOWE, Barbara J, Emory L. Kemp (eds.) **Public History: An Introduction**. Melbourne, Fl.: Krieger Publishing Co., 1986.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

LIDDINGTON, Jill; DITCHFIELD, Simon. **Public History: A Critical Bibliography**. Oral History. Vol. 33, Re-presenting the Past (Spring, 2005), pp. 40-45.

MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: Novos métodos e possibilidades narrativas. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de morte Kaiowá: história oral de vida.** São Paulo: Loyola, 1991.

MIGLORANCIA, Cecília; FONTERRADA, Marta. Rádio, memória da História. In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

NASSAR, Paulo. História e memória empresariais: Da tradição à inovação. In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

REAP, James. Conservação do patrimônio cultural: um panorama internacional. In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

RIBEIRO, Suzana; ROVAI, Marta; BONI, Marcela. Audiovisual e história oral: utilização de novas tecnologias em busca de uma história pública. **Oralidades: Revista de História Oral (USP)**, v. 10, p. 89-105, 2012.

SANTHIAGO, Ricardo. Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral. In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: Um perfil. ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

VIDAL, Adriane. Gabriel García Márquez: Jornalismo, Literatura e a História de Cuba. In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.